

## QUE TIRO FOI ESSE?!

### PROPOSTA DE REDAÇÃO



Laerte. *Pressenza*. Disponível em: <[www.pressenza.com/pt-pt/2017/07/argumentos-contrata-estatuto-do-desarmamento](http://www.pressenza.com/pt-pt/2017/07/argumentos-contrata-estatuto-do-desarmamento)>.

Toda vez que índices de violência são divulgados ou um crime de grande repercussão acontece, dentro ou fora do país, volta-se à pergunta: o cidadão estaria mais protegido se tivesse o direito de portar uma arma? No Brasil, o Estatuto do Desarmamento está em vigor desde 2003 e só autoriza o porte de armas a profissionais da área de segurança quando em serviço e a posse a civis quando há necessidade comprovada e atestada pela Polícia Federal.

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma-padrão da língua portuguesa sobre o tema **O estatuto do desarmamento deveria ser revogado no Brasil?**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

### TEXTO 1



#### Quem tem direito a porte de arma no Brasil

- ▶ Militares das Forças Armadas
- ▶ Agentes das polícias militar, federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civil e corpo de bombeiros
- ▶ Guardas municipais e portuários
- ▶ Agentes do sistema penitenciário
- ▶ Agentes da Agência Brasileira de Inteligência; do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; da Câmara e do Senado
- ▶ Auditores e analistas da Receita Federal e auditores do Ministério do Trabalho
- ▶ Juizes e promotores de Justiça
- ▶ Vigilantes de empresas de segurança privada
- ▶ Integrantes das entidades de esporte cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo
- ▶ Pessoas que demonstrem necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física

Murilo Souza; Rachel Librelon (Ed.). "Comissão rejeita porte de arma para vigilantes de instituições de ensino federais". *Agência Câmara Notícias*. 20 nov. 2014. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/477969-COMISSAO-REJEITA-PORTE-DE-ARMA-PARA-VIGILANTES-DE-INSTITUICOES-DE-ENSINO-FEDERAIS.html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/477969-COMISSAO-REJEITA-PORTE-DE-ARMA-PARA-VIGILANTES-DE-INSTITUICOES-DE-ENSINO-FEDERAIS.html)>.

### TEXTO 2

#### Senadores propõem o fim do Estatuto do Desarmamento

Para relator de proposta, é preciso devolver aos "homens e mulheres de bem o direito de defesa"

A proposta de acabar com o Estatuto do Desarmamento foi um dos principais itens aprovados nesta quarta-feira (13) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O tema foi incluído em um relatório, enviado anualmente ao Poder Executivo, no qual os senadores escolhem uma política pública para avaliar e propor melhorias.

O documento de 51 páginas, sobre segurança pública, redigido pelo senador Wilder Moraes (PP-GO), será enviado ao presidente Michel Temer. Wilder é autor de vários projetos de segurança pública, incluindo um que defende a criação do Estatuto do Armamento, o PLS 378/2017, e outro que sugere a realização de um plebiscito em 2018 para consultar a população sobre a possibilidade de revogação do Estatuto do Desarmamento.

No texto do relatório, Wilder Moraes argumentou que desarmar a população civil não resultou na redução de mortes e nem da violência. Para ele, é preciso devolver aos "homens e mulheres de bem o direito de defesa".

"O Brasil registrou mais vítimas de assassinatos nos últimos cinco anos do que a Guerra da Síria no mesmo período", escreveu. "De fato, enquanto a mencionada guerra registrou 256.124 mortos entre março de 2011 e novembro de 2015, o Brasil registrou 279.567 mortos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2015: ou seja, vivemos em nosso país um verdadeiro estado de guerra civil não declarada, responsável por ceifar a vida de aproximadamente 60 mil brasileiros todos os anos!".

Além de armar a população, o senador sugeriu ainda que o país deveria militarizar as fronteiras e, no futuro, criar uma estrutura policial específica. "Hoje, quem deveria cuidar dos 18 mil quilômetros de fronteira seca e 9 mil quilômetros de fronteira marítima é a Polícia Federal, que tem 15 mil agentes de nível superior, preparados para investigação, e não para patrulhamento. Se botássemos a PF inteira na fronteira, não teríamos um agente para cada quilômetro de extensão. É impossível que essa política dê certo. Por isso, temos que esclarecer e aumentar o papel das Forças Armadas na fronteira."

Outro ponto incluído no relatório foi o de decretar estado de defesa no Rio de Janeiro, como está previsto no artigo 136 da Constituição quando há necessidade de restabelecer "a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza".

[...]

Gazeta do Povo. 14 dez. 2017. Disponível em: <[www.gazetadopovo.com.br/justica/senadores-propoe-o-fim-do-estatuto-do-desarmamento-4qgzprl1ugp0bv1q4vg218aq4](http://www.gazetadopovo.com.br/justica/senadores-propoe-o-fim-do-estatuto-do-desarmamento-4qgzprl1ugp0bv1q4vg218aq4)>.

## TEXTOS

### Entenda o projeto de lei que enfraquece Estatuto do Desarmamento

**Proposta na Câmara prevê normas mais brandas para quem quer ter armas em casa no país e pode entrar na pauta da Câmara em breve**

São Paulo – O Congresso Nacional se prepara para acelerar a votação de projetos sobre segurança pública nas próximas semanas, em meio à intervenção federal no Rio de Janeiro.

A chamada “bancada da bala” no plenário aumentou a pressão para que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, coloque em pauta, junto com esse pacote, o projeto de lei 3722/12. A proposta enfraquece o Estatuto do Desarmamento, ao ampliar a autorização para a posse de armas no país.

**Posse de armas** é quando a pessoa pode ter uma arma em casa, mas não pode circular com ela pelas ruas. **Porte de armas** é quando se permite que as pessoas carreguem armas também fora de casa.

Atualmente, a posse de armas é permitida somente a quem atesta necessidade da arma (a justificativa é avaliada pela Polícia Federal) e comprove, por meio de documentos, estar formalmente empregado, ter residência fixa, não ter antecedentes criminais nem estar respondendo a processos judiciais. Além disso, ainda é preciso apresentar atestados de aptidão técnica e psicológica.

O projeto quer facilitar o comércio de armamentos autorizando qualquer pessoa que tenha passado no exame psicológico, em um curso de tiro, e não apresente antecedentes criminais a comprar uma arma. Fica extinta, portanto, a necessidade de qualquer justificativa. Ainda será necessário apresentar comprovante de emprego e renda.

O deputado Alberto Fraga (DEM-DF) é cogitado para relatar o projeto no plenário da Câmara e defende que os cidadãos possam ter armas em casa, mas que só os policiais sejam autorizados a carregá-las nas ruas. A proposta já foi aprovada em comissão especial em 2015.

[...]

Luiza Calegari. Exame. 24 fev. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/entenda-o-projeto-de-lei-que-enfraquece-estatuto-do-desarmamento>>.

## TEXTOS

### Em artigo a jornal, Marielle Franco aponta caminhos para a solução da crise na segurança e em outras áreas

[...]



Reprodução/Facebook. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/em-artigo-jornal-marielle-franco-aponta-caminhos-para-solucao-da-crise-na-seguranca-em-outras-areas-22495963#ixzz5AICko500>>.

RIO – Poucas horas antes de ser assassinada, a vereadora Marielle Franco (PSOL) encaminhou ao Jornal do Brasil um artigo sobre a intervenção na segurança do Rio, que completa um mês nesta sexta-feira. No texto, publicado na edição desta sexta-feira do jornal, ela aponta caminhos para a solução da crise na segurança e em outras áreas:

“Definitivamente a segurança pública não se faz com mais armas. Mas com políticas públicas em todos os âmbitos. Na saúde, educação, cultura e geração de emprego e renda. É premente a necessidade de monitorarmos esse processo, tendo o cuidado de lutar para que os direitos individuais e coletivos sejam assegurados, para que as instituições democráticas sejam preservadas e sigam autônomas. O contrário disso digo se revelaria algo bem perigoso em uma sociedade que tem tradição patrimonialista, pouco afeita ao trato democrático e que tem uma relação histórica violenta com sua população mais vulnerável.”

[...]

O Globo. 16 mar. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/em-artigo-um-jornal-marielle-franco-dizia-que-intervencao-nao-solucao-22495963#ixzz5AICko500>>.

## TEXTOS



Genildo. “Liberdade armada!”. Genildo, 4 abr. 2015. Disponível em: <[www.genildo.com/2015/04/liberdade-armada.html](http://www.genildo.com/2015/04/liberdade-armada.html)>.

Todos os links foram acessados em: 25 maio 2018.

## ORIENTAÇÕES PARA O ALUNO

1. O texto deve ser escrito em prosa e conter, **no máximo**, 30 linhas.
2. Não há **número mínimo** de linhas a ser considerado, mas não se esqueça de que um texto completo deve apresentar: introdução, desenvolvimento e conclusão.
3. Os textos apresentados possuem caráter motivador; não é preciso, necessariamente, fazer alusão a eles em sua redação.
4. A redação que apresentar cópia dos textos da proposta terá o **trecho copiado** desconsiderado para efeito de correção.

**Bom trabalho!**  
Professora Kelly Naiara

### Orientações para o professor

O Estatuto do Desarmamento vigora no Brasil desde 2003 e rege toda a legislação sobre registro, porte e comércio de armas no Brasil. Segundo o estatuto, constitui crime inafiançável “portar, deter, adquirir, fornecer, ter em depósito, transportar, ceder, emprestar, remeter, ocultar, manter arma de fogo, acessório ou munição sem autorização ou em desacordo com a lei”. A pena é de 2 a 4 anos e multa.

Em 2005, um referendo nacional foi realizado, não questionando o desarmamento em si, mas o artigo 35, que rezava sobre a proibição do comércio de armas de fogo no país. Um percentual de 63,94% da população respondeu “não”, ou seja, foi contrário à proibição do comércio de armas de fogo no Brasil; o artigo caiu, mas o desarmamento permaneceu.

Segundo o *Atlas da Violência 2017*, divulgado pelo Ipea, mais de 70% dos homicídios no país são cometidos com arma de fogo, o que acirra o argumento da bancada que defende o direito do cidadão ao porte de armas como estratégia de defesa. Movimento avesso ao dos EUA, país mais liberal no uso de armas, em que, desde 2002, se registram mais de 400 casos/ano de mortes banais provocadas pelo porte facilitado de armas e que agora tem alta representatividade nas ruas a favor do desarmamento. A população norte-americana representa 4,4% dos habitantes do planeta, mas detém 42% das armas em todo o mundo. Qual seria a medida ideal para o Brasil?

Discuta a questão a partir de textos jornalísticos que apresentam argumentos para a defesa ou a revogação do estatuto. Consulte:

<[www.bbc.com/portuguese/brasil-41493672](http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41493672)>;

<[https://brasil.eipais.com/brasil/2017/10/25/politica/1508939191\\_181548.html](https://brasil.eipais.com/brasil/2017/10/25/politica/1508939191_181548.html)>;

<<https://oglobo.globo.com/rio/projeto-que-libera-posse-de-armas-ainda-divide-partidos-na-camara-22420534>>;

<<https://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/o-porte-de-armas-aumenta-ou-diminui-a-violencia>>.

Se desejar, assista com os alunos ao debate “Dois lados da moeda: porte de Armas”, produzido pela Jovem Pan e disponível em:

<[www.youtube.com/watch?v=b5utyluZeU0](http://www.youtube.com/watch?v=b5utyluZeU0)>.